



Políticas públicas de fortalecimento da agroecologia: um olhar sobre as comunidades quilombolas do Território Sertão do São Francisco da Bahia.

Public policies to strengthen agroecology: A look at the quilombola communities of the Sertão Territory of São Francisco in Bahia.

RODRIGUES, Luana Pereira¹; SOUZA, José Henrique Santos²; SILVA, Maíra Carla Santos da Costa³; SILVA, Ana Caroline Coelho Pereira da⁴ NETO, Moisés Felix de Carvalho⁵

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco, luarodrigues.edu@gmail.com; ² Universidade Federal do Vale do São Francisco, henryque.jose03@gmail.com; ³ Universidade Federal do Vale do São Francisco, maira.carlaagroecologia@gmail.com; ⁴ Universidade Federal do Vale do São Francisco, anacarolinecoelho91@gmail.com, ⁵ Universidade Federal Amazônia, moisesneto@ufam.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia.

Resumo: Este artigo discute as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para as comunidades quilombolas no Território Sertão do São Francisco (TSSF) com foco nas ações e políticas de desenvolvimento rural oferecidas pelo Estado da Bahia. O programa Bahia Produtiva é destacado nas comunidades Lagoinha/Casa Nova-BA, Alagadiço/Juazeiro-BA e Nova Jatobá/Curaçá-BA. Serão abordados o conceito de política pública e de assistência técnica e extensão rural, bem como os processos históricos que afetam diretamente as comunidades quilombolas no TSSF. O acesso às políticas públicas, incluindo a assistência técnica e extensão rural, é fundamental para reparação e superação da invisibilidade histórica e do esquecimento por parte das entidades governamentais. O objetivo é demonstrar como as comunidades quilombolas do TSSF estão acessando as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural por meio do programa Bahia Produtiva, e o fortalecimento da agroecologia nessas comunidades.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, comunidades tradicionais, territorialidade, quilombo.

Introdução

As Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) representam um importante marco na história do desenvolvimento rural no Brasil. Este marco ganhou notável relevância quando, em 2003, as comunidades tradicionais foram reconhecidas como um público prioritário dentro desse contexto. Tal reconhecimento marcou um ponto de viragem histórico, colocando um foco renovado nas necessidades e desafios enfrentados por essas comunidades. Essa transformação foi especialmente significativa no que diz respeito às comunidades quilombolas, que há muito tempo batalhavam por maior visibilidade e acesso às políticas públicas.



A busca por políticas de ATER direcionadas às comunidades tradicionais remonta a 1997, quando se intensificaram os esforços para reconhecer a importância da agricultura familiar e de grupos étnicos específicos, como os remanescentes de quilombo. Essa jornada histórica visava reparar desigualdades e injustiças históricas, inserindo essas comunidades no centro das políticas de desenvolvimento rural sustentável (Caporal, 2005). Além disso, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2010, estabeleceu princípios fundamentais de equidade de gênero, geração, raça e etnia, incluindo os remanescentes de quilombo como beneficiários diretos (Decreto n. de 11 de janeiro de 2010, Artigo 5º, Parágrafo 1).

Essas mudanças representaram um compromisso renovado por parte das entidades governamentais em atender às necessidades específicas das comunidades tradicionais, reconhecendo o contexto de desigualdade no qual se encontravam. A Bahia, por exemplo, deu início a essa transformação com a extinta EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e posteriormente com a criação da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER). Nesse contexto, instituições como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), e o Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (SAJUC) desempenharam um papel crucial na promoção dessas políticas.

As ações de desenvolvimento rural na Bahia, lideradas pela BAHATER e pela Companhia de Ação Regional (CAR), nos últimos anos, têm se destacado pelo lançamento de editais voltados especificamente para comunidades quilombolas, das quais as comunidades Lagoinha em Casa Nova, Alagadiço em Juazeiro e Nova Jatobá em Curaçá são exemplos. Essas ações visam melhorar a qualidade de vida das comunidades, promover o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, e fortalecer a produção agrícola local, com foco na agroecologia e na agricultura familiar.

Este trabalho explora três experiências representativas dessas políticas públicas, demonstrando como essas comunidades têm sido beneficiadas por iniciativas que visam promover o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar em um contexto de reconhecimento e valorização de suas tradições e identidade quilombola.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que incluiu a autonarrativa de um dos autores, sendo membro da comunidade quilombola em estudo. Além da autonarrativa, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A escolha das comunidades Lagoinha/Casa Nova-BA, Alagadiço/Juazeiro-BA e Nova Jatobá/Curaçá-BA se baseou em seu envolvimento no edital 11/2018 do Bahia Produtivo e em sua relevância nas políticas de desenvolvimento rural na região.



A autonarrativa desempenhou um papel fundamental na obtenção de informações detalhadas e na compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas. Os dados coletados, incluindo a perspectiva pessoal do autor da comunidade, foram submetidos a uma análise de conteúdo, utilizando categorias pré-definidas relacionadas ao acesso das comunidades às políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, bem como aos impactos na promoção da agroecologia. Essa análise permitiu identificar padrões, tendências e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em relação ao acesso e à utilização das políticas estudadas.

Resultados e Discussão

A Bahia se destaca como o estado com a maior população quilombola do Brasil, caracterizada por suas ecologias únicas e ricas tradições. Nesse contexto, o Edital nº11 Socioambiental desempenha um papel fundamental no fortalecimento dessas práticas culturais e sustentáveis. O edital concentra esforços na promoção de uma agricultura de base ecológica, incentivando a transição para a agroecologia. Esse princípio busca não apenas a criação de novas práticas, mas também o aprimoramento das produções agroecológicas já existentes.

A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) brasileira desempenha um papel crucial nesse cenário. Ela visa atender às demandas específicas das comunidades quilombolas e de outros grupos tradicionais. A partir de 2003, houve uma reformulação significativa das políticas de ATER, com ênfase na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como os quilombolas.

Essa transformação reconhece a importância de garantir que as políticas públicas respeitem a pluralidade e as diversidades sociais, étnicas, culturais e ambientais do país, incorporando abordagens de gênero, geração, raça e etnia nos projetos e programas de ATER (Santos, 2018).

As prioridades das comunidades espalhadas no Estado vão de encontro à temática socioambiental. Como discutido anteriormente, os recursos naturais nos territórios são uma fonte de renda para essa população. Seus conhecimentos agroecológicos, ao longo de suas territorialidades, foram se reinventando, a partir das demandas particulares. Podemos observar nas expectativas do programa questões que se aproximam desse esforço:

O Subcomponente Socioambiental tem como objetivo apoiar iniciativas voltadas para a melhoria do manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola e pecuária, a recuperação de áreas degradadas, incentivo a outras formas de produção e beneficiamento em bases agroecológicas e apoiar as iniciativas de comércio justo e solidário e a garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. [...] Será assegurado o acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para até 100 (cem) famílias de agricultores familiares que integram a base de produção



de cada um dos Subprojetos apoiados, excluindo-se aquelas que já contem com estes serviços de forma permanente, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 12.188/2010 e Lei Estadual nº 13.272/2011(EDITAL, 2018 p. 03).

Ao priorizar comunidades organizadas via associações ou cooperativas, acaba-se por excluir outras comunidades que não estão tão fortalecidas institucionalmente. O edital 11/2018, alcançou apenas 120 comunidades, mas, só na Bahia, existe mais de 700, o que as comunidades relatam poder ser maior, já que a agricultura convencional no estado recebe 10 vez mais, que isso. Como destaca Pires (2019), em sociedades tão desiguais como as nossas, o aprofundamento dos espaços da cidadania e da democracia, requer mobilização social. Isto é, a ação coletiva continua sendo necessária para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa”. No entanto, esse é um desafio ainda presente na realidade de muitas comunidades quilombolas. Ainda que exista o direito garantido desde a Constituição, as sequelas de uma história de violência, abnegação e silenciamentos tornam a conscientização coletiva mais dificultosa, implicando, para as comunidades, uma maior dificuldade de articulação associativista.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que o edital Bahia Produtiva teve um impacto significativo no fortalecimento dos processos agroecológicos e produtivos nas comunidades estudadas. Através do programa, as comunidades quilombolas do TSSF tiveram acesso a recursos financeiros, capacitação técnica e apoio institucional, o que contribuiu para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e a diversificação de suas atividades produtivas.

Uma das principais conquistas foi a promoção da agroecologia como uma abordagem fundamental para a produção de alimentos saudáveis, a conservação dos recursos naturais e a valorização dos conhecimentos tradicionais. As comunidades quilombolas receberam incentivos para a adoção de técnicas agroecológicas, como o manejo integrado de pragas e doenças, o uso de adubos orgânicos, a agrofloresta e a diversificação de culturas. Isso resultou em uma maior resiliência dos sistemas produtivos, redução da dependência de insumos químicos e uma melhoria na qualidade dos alimentos produzidos.

Além disso, o edital Bahia Produtiva contribuiu para a geração de renda e o fortalecimento da economia local nas comunidades quilombolas. Através do apoio financeiro, as famílias puderam investir em infraestrutura produtiva, equipamentos, insumos e comercialização dos seus produtos. Isso permitiu a diversificação das fontes de renda, a criação de associações e cooperativas, e a inserção dos produtos agroecológicos nos mercados locais e regionais.

No geral, os resultados desta pesquisa evidenciam que o edital Bahia Produtiva desempenhou um papel fundamental no fortalecimento dos processos agroecológicos e produtivos nas comunidades quilombolas do TSSF. Além de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica, o programa contribuiu para a valorização da cultura quilombola, a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.



Conclusões

É importante destacar que, apesar dos avanços proporcionados pelo edital Bahia Produtiva, as três comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios e questões a serem enfrentadas. O projeto não conseguiu resolver todas as demandas e necessidades das comunidades integralmente.

Além disso, é preciso considerar a importância da sustentabilidade a longo prazo dos projetos implementados. As comunidades quilombolas precisam ser apoiadas na manutenção e na continuidade das práticas agroecológicas e produtivas, garantindo a viabilidade econômica e a preservação dos recursos naturais.

Outro ponto relevante a ser mencionado é a importância do fortalecimento da participação e do protagonismo das comunidades quilombolas na tomada de decisões e na gestão dos projetos. É fundamental haver um diálogo constante entre as comunidades e os órgãos governamentais, garantindo uma abordagem participativa e inclusiva, sendo assim, consideramos que isso é um dos resultados dessa política pública.

Em suma, embora o edital Bahia Produtiva tenha trazido avanços significativos para as comunidades quilombolas do TSSF em termos de fortalecimento dos processos agroecológicos e produtivos, ainda existem desafios a serem superados. É necessário continuar investindo em políticas públicas que considerem as necessidades e demandas específicas dessas comunidades, buscando soluções sustentáveis e promovendo uma maior equidade social e econômica.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.** Disponível em: . Acesso em: 05 julho. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa. **Brasília: MDA/SAF/DATE, 2005.**

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *Revista de administração de empresas*, v. 35, n. 2, p. 62, 1995.

Implementando desigualdades : reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas / Roberto Rocha C. Pires Organizador. - Rio de Janeiro : **Ipea**, 2019.

Santos, Danilo Moreira dos. S237r **Representações sociais de usuárias, praticantes e espectadores da extensão rural no contexto da comunidade remanescente de quilombo Nova Jatobá em Curaçá-Bahia** / Danilo Moreira dos Santos. -- Juazeiro, 2018.

SANTOS, Edinúzia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da. **Sisal na Bahia-Brasil.** *Mercator* (Fortaleza), v. 16, 2018.